

Gostaria de saudar o presidente do TJ, Desembargador Alberto Delgado Neto,

Ao saudá-lo, primeiramente gostaria de desejar uma exitosa administração, juntamente com toda a nova gestão: Desembargador Ícaro Carvalho de Bem Osório, 1º vice-presidente; Desembargador Sérgio Miguel Achutti Blates, 2º vice-presidente; Desembargadora Lusmary Fátima Turelly da Silva, 3ª Vice-presidente; e Desembargadora Fabianne Bretton Baisch, corregedora-geral de justiça.

Tenho certeza, senhor presidente, de que será uma gestão de pleno êxito e comprometida com o Poder Judiciário gaúcho, com seus magistrados e magistradas e com seus servidores e servidoras.

Muita sorte e sucesso a este grupo de colegas que estará a frente do TJRS, que completa 150 anos servindo à população gaúcha e que é um exemplo de boas práticas jurisdicionais e administrativas a todo o país.

A Ajuris estará sempre aberta e disposta a colaborar e a dialogar, pois, não tenho dúvidas, buscamos todos a

mesma finalidade que é um Poder Judiciário forte e protagonista, com magistrados e servidores valorizados e comprometidos com esta nobre causa de distribuir a justiça. Que possamos atuar harmonicamente neste sentido pelos próximos dois anos.

Na sua pessoa saúdo, ainda, as magistradas e magistrados que se fazem presentes nesta solenidade.

Saudações da mesa.

Saúdo as demais autoridades nominadas pelo protocolo.

Neste ato, tomo posse como o 39º presidente eleito da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul, da nossa AJURIS. Entidade que é patrimônio das juízas e juízes gaúchos e do próprio Estado do Rio Grande do Sul e que, em agosto próximo, irá completar 80 anos de existência.

Hoje nos reunimos em ato solene de posse dos eleitos aos conselhos executivo, deliberativo e fiscal, mas também para celebrar a democracia associativa. Reunião que somente é possível porque vivemos num país livre e em

pleno exercício da democracia. Conquistas civilizatórias que tem no Poder Judiciário um de seus pilares.

A defesa do Estado democrático de direito sempre foi o alicerce, as fundações, que sustentam esta grande construção coletiva que é a Ajuris!!

E não poderia ser diferente, pois é uma associação formada por juízas e juízes, os quais, ao assumirem esta nobre função, ficam definitivamente vinculados a este preceito.

Portanto, celebremos a nossa democracia interna, mas celebremos, acima de tudo, a democracia brasileira, ainda merecedora de toda a nossa atenção, como pudemos constatar recentemente.

Tenho a mais profunda convicção de que a evolução do nosso país, como uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária passa também pela firme e comprometida atuação de cada magistrada e magistrado, sejam eles em início de carreira, e numa pequena comunidade, sejam eles membros das cortes superiores.

Nunca, portanto, esqueçamos e sejamos reconhecidos pelos compromissos assumidos com a nossa Constituição Federal e com os acordos firmados pelo Brasil em matéria de direitos humanos. Constituição que coloca a dignidade da pessoa humana como seu fio condutor e na qual, como referiu Ulysses Guimarães ao promulgá-la:

Há representativo e oxigenado sopro de gente, de rua, de praça, de favela, de fábrica, de trabalhadores, de cozinheiros, de menores carentes, de índios, de posseiros, de empresários, de estudantes, de aposentados, de servidores civis e militares, atestando a contemporaneidade e autenticidade social do texto que ora se passa a vigorar.

Com este espírito é que gostaria de mais uma vez reafirmar que aqui, bem ao sul do Brasil, senhoras e senhores, existe uma associação de juízes que há 80 anos faz da voz da sociedade e de seus juízes a sua missão e que nos dá muito orgulho em pertencer!

Nossa história começou no dia 11 de agosto de 1944, sendo, no dia 20 de setembro daquele mesmo ano, no salão do júri da Comarca de Porto Alegre, eleito o seu primeiro presidente, João Solon Macedônia Soares, e aprovado o seu estatuto. Nasce, portanto, no dia do magistrado e formaliza-se no dia do gaúcho!

A Ajuris, nestes seus quase 80 anos, cresce pela atuação de tantos colegas que vou me reservar ao direito de não citar todos os nomes para não incorrer na injustiça de omitir involuntariamente alguém.

Colegas que tanto souberam respeitar esta rica história e elevar o nome da Ajuris para além das fronteiras do Estado, gerando, inclusive, três presidentes de nossa associação nacional, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a AMB: Milton dos Santos Martins, Cláudio Baldino Maciel e João Ricardo dos Santos Costa.

No transcurso da sua história, entretanto, é preciso demarcar duas importantes quebras de paradigmas:

A primeira delas na gestão do colega Ivo Gabriel da Cunha, por ter sido o primeiro juiz de direito a presidir a

Ajuris, que até então tinha sido dirigida apenas por desembargadores.

Evento aparentemente singelo, pois todos somos magistrados, mas que simboliza a necessária desvinculação da associação com o seu Tribunal de Justiça. Forças que devem atuar dialógica e conjuntamente, tendo por objeto comum o aprimoramento, a defesa e a valorização do Poder Judiciário, dos seus magistrados e dos seus servidores e colaboradores, mas que precisam ser independentes.

O segundo, na gestão da colega Denise Oliveira César, quando pela primeira vez uma mulher vem a presidir a Associação. E, após ela, e até hoje, apenas mais uma ocupou esta posição, a colega Vera Lúcia Deboni.

Se hoje comemoramos avanços na paridade de gênero é porque sempre tivemos bravas mulheres e magistradas buscando seu merecido espaço em todos os lugares e postos que desejarem ocupar.

Mas o que nos faz, juízas e juízes, a aceitar este imenso desafio que é administrar uma associação formada por 1.400 magistrados?

Acima de tudo, acredito que o que nos leva a colaborar com a nossa associação é exatamente a sua principal característica: a Solidariedade!

Foi o caráter solidário que formatou esta associação quando os primeiros magistrados se reuniram para compartilhar angústias e lutar por direitos;

Que pela primeira vez se reuniram para criar um plano complementar de saúde;

Quando pela primeira vez se reuniram para criar uma escola para investir na formação própria e de futuros magistrados;

É a vida associativa solidária que nos mantém tão presentes na Ajuris, mesmo após a aposentadoria. Pois como disse a querida colega Helena certa feita: O Tribunal de Justiça passa na vida do magistrado com a sua aposentadoria, mas a Ajuris permanece!

Solidariedade que não é apenas interna, mas também externa, como demonstram tantos exemplos como no grande movimento de solidariedade às comunidades gaúchas do Vale do Taquari, atingidas pelas cheias de setembro, a cozinha solidária, o projeto das redações nas escolas públicas, campanhas de arrecadação de doações e o apoio a inúmeras outras iniciativas e instituições beneficentes.

É em nome da solidariedade e da fraternidade que doamos nosso bem maior, que é o tempo de vida, à causa associativa e a todo o trabalho que ela realiza em prol de seus associados e em favor da comunidade gaúcha.

E é com este espírito, e depois de quase 25 anos de magistratura, que assumo este novo desafio, pois como disse Santo Agostinho:

Mesmo que já tenha feito uma longa caminhada, sempre haverá mais um caminho a percorrer.

Mas este também é momento de reconhecimento e de agradecimento.

Não há como não deixar demarcado, nesta fala, o trabalho realizado pela atual gestão, que teve a sua frente um grande líder e ser humano chamado Cláudio Luís Martinewski.

Pessoa com quem tanto aprendemos nestes dois anos de convivência. Colega leal, dedicado, amigo, democrata, agregador. Faltam adjetivos para expressar a minha admiração. Só nos resta dizer: Obrigado, Cláudio. Obrigado por toda a dedicação aos teus colegas e à Ajuris, e pelo legado que hoje deixa para as futuras gerações de líderes associativos.

Da mesma forma, é necessário referir os demais colegas de gestão, alguns ainda, a época, pouco conhecidos, mas que não apenas construíram esta gestão, mas que, além disso, foram grandes parceiros e que, hoje em dia, se tornaram grandes amigos.

Agradeço ao Thiago, ao Daniel, a Amita, a Helena, a Patrícia e a Clarissa por todos os momentos de amizade, crescimento e aprendizagem compartilhados.

Há que se agradecer também aos que do grupo seguem comigo nesta nova caminhada por terem aceitado permanecer por mais dois anos e às duas colegas que a nós se juntam: a Samyra e a Nelita. Colegas que fazem com que, pela primeira vez, haja uma maioria feminina na administração da Ajuris.

Os desafios são imensos, mas certamente que compartilhados com todos vocês se tornarão mais leves.

Os tempos atuais trazem consigo mudanças e desafios a muito exigir de todos nós, como cidadãos e como juízes.

Somos, em sua grande maioria, ainda, juízes analógicos, com formação e atuação em livros e processos de papel. No entanto, como no poema de Fernando Teixeira de Andrade:

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

A magistratura gaúcha sempre se notabilizou por uma atuação de vanguarda e sendo novamente chamada a fazer esta travessia, jamais ficará a margem de si mesma!

Vivemos, no judiciário, uma época em que a sua produtividade e eficiência são medidas em números, o que é necessário como forma prestar contas à sociedade. Anualmente, o CNJ publica o relatório “justiça em números”, onde há a exata fotografia da prestação jurisdicional realizado por cada uma das áreas do Poder Judiciário brasileiro.

Ano após ano o TJRS é destaque, fruto do trabalho de seus magistrados e magistradas, servidores e servidoras.

Entretanto, gostaria de trazer à reflexão o custo humano para o cumprimento de todas estas exigências decorrentes desta nova realidade social e institucional.

Em recente pesquisa realizada a pedido da Ajuris pela Dra. Ana Maria Rossi, profissional dedicada ao tema do estresse profissional, com os magistrados gaúchos apontou-se para dados alarmantes.

Quando questionados se trabalham sobre grande pressão:

Praticamente 3/4 dos magistrados responderam que sempre ou quase sempre.

E mais, para cerca de 1/3 dos magistrados isto afeta diretamente suas saúdes, interferindo na produtividade do trabalho.

E em igual percentual referiram que o volume de trabalho requer que trabalhem nos momentos de lazer.

Diante deste cenário, concluiu a pesquisadora:

Que as pressões no trabalho têm afetado negativamente a saúde dos Magistrados, gerando sintomas físicos e emocionais.

E também de que, embora inúmeras situações estressoras sejam inerentes à própria atuação profissional, priorizar a comunicação com os Magistrados, ouvi-los, fazer com que se sintam reconhecidos pode amenizar as manifestações sintomáticas do estresse e da tensão.

Este é um ponto, portanto, que entendo deva ser objeto de extrema atenção na nossa atuação associativa pelos próximos dois anos e é um desafio que se apresenta ao Tribunal de Justiça do RS, senhor presidente: a saúde dos magistrados e dos servidores!

E, neste ponto, no que toca aos magistrados, penso que três tópicos precisam estar em pauta: a valorização da carreira; as condições de trabalho e a segurança pessoal.

Temos observado um fenômeno que até pouco tempo atrás não era digno de relevância: que diz com a evasão de magistrados para outras carreiras do serviço público e, até mesmo, privado. Prova disso é que somente de 2018 para cá, apenas no RS, quase que duas dezenas de magistrados deixaram os quadros do Poder Judiciário gaúcho. Ainda carecemos de números nacionais.

No meu sentir, este fenômeno está intimamente vinculado aos três tópicos antes enumerados.

Para a eficaz prestação de serviços, o investimento nas pessoas é fundamental, criando-se condições de trabalho que atraiam e mantenham os melhores profissionais.

A carreira da magistratura, com sua responsabilidade constitucional de servir ao cidadão, atuando em questões criminais, de família, empresariais, que envolvam políticas públicas e econômicas, protegendo a todos, dos vulneráveis aos empreendedores, precisa de profissionais extremamente bem-preparados, bem-remunerados, protegidos e saudáveis.

A carreira da magistratura gaúcha não pode ser a segunda ou terceira opção ou servir de lugar provisório para ascensão futura em outras carreiras ou em outros Estados. É preciso um olhar cuidadoso para ela e, insisto, para a sua valorização.

Valorizar é ter magistrados bem remunerados, mantendo a competitividade do Estado em relação aos demais nos processos seletivos de ingresso e de permanência na carreira.

Valorizar é investir na formação inicial e continuada de cada um dos magistrados que ingressam. Tarefa que a Escola da Ajuris tão bem realiza há muito tempo, e com ela deve permanecer, e que tem na Corregedoria-Geral de Justiça grande parceira.

Valorizar é dar seguimento a movimentação na carreira, com as promoções e os acessos ao TJ, mantendo o ritmo dos últimos dois anos. E, também, investir no projeto de redução das diferenças de entrâncias ou, até mesmo, extinguí-las e ter a carreira formada por desembargadores, juízes titulares e juízes substitutos, a

exemplo do que já vem ocorrendo em outros Estados e na justiça federal.

Valorizar é cuidar dos magistrados e da sua família, com a criação de uma rede de apoio para os momentos de dificuldades pessoais e familiares.

Valorizar é investir num programa de pré e pós-aposentadoria que prepare e dê suporte ao magistrado neste complexo momento do jubileamento. É necessário manter o vínculo por meios efetivos de comunicação.

Valorizar é priorizar o 1º grau de jurisdição, onde está a grande maioria dos magistrados gaúchos e que tem o contato direto com a população para a qual prestamos serviços, equiparando em recursos humanos e materiais com o 2ª grau.

Valorizar é investir na efetiva democratização do judiciário, lutando pelo direito ao voto de todos. Não é admissível que existam magistrados de segundo nível, meio-cidadãos na nossa democracia interna.

Valorizar é defender os magistrados de todos os ataques contra a sua independência e dignidade. Não há liberdade de expressão ou prerrogativas que possam acobertar os excessos ou tentativas de diminuir este poder tão importante à República.

A Ajuris está, e sempre estará, atenta a esses excessos, buscando apurar os fatos difamatórios ou injuriosos a cada juíza ou juiz, assim como ao próprio Poder Judiciário, responsabilizando civil e criminalmente os violadores de nossas garantias e da nossa boa reputação.

Reputação medida em recente pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas de Opinião (ipo), contratada pela Ajuris, junto à população gaúcha, operadores de direito e formadores de opinião, na qual para 86% deles o Poder Judiciário é importante para a democracia no RS e no Brasil e para 67,5% deles a imagem do trabalho dos magistrados gaúchos é positiva.

É inadmissível, portanto, que manifestações pontuais e pessoais trabalhem para destruir aquilo que a sociedade, os operadores do direito e os formadores de opinião

comprometidos com a democracia e suas instituições apontem como positivo.

A crítica é natural na democracia e certamente colabora para a evolução das instituições, mas quando maldosa ou mau intencionada deve ser veemente rechaçada.

E neste ponto cabe referência à recente notícia veiculada sobre os custos do judiciário no Brasil. Primeiramente, é necessário referir que estamos tratando de um país que, na última revisão do índice de desenvolvimento humano, ocupa apenas a 87ª posição. Condição que reflete no Poder Judiciário, pois nele deposita, a população, a última esperança de ver garantidos seus direitos fundamentais mais básicos.

Tramitavam no Brasil, segundo o relatório “justiça em números”, do CNJ, de 2023, ainda não temos o de 2024, 81,4 milhões de ações, tendo ingressado, apenas no ano de 2022, 21,3 milhões, sendo que os magistrados brasileiros, com grande esforço pessoal, foram responsáveis pela baixa definitiva de 30,3 milhões neste mesmo ano.

Importante ser considerado, ainda, é que, segundo dados do CNJ sobre os maiores litigantes no Brasil, os 20 primeiros são o próprio Estado, em todos os seus desdobramentos, e as instituições financeiras, responsáveis, conjuntamente, por 12,5% das ações como demandados e por 11,65% das ações como demandantes.

Certamente uma eficaz medida de cobrança de créditos tributários, de regulação e de fiscalização retiraria mais de 20% dos processos em tramitação.

Também é de se referir que, segundo este mesmo relatório, 58% dos valores dispendidos como Poder Judiciário retornaram aos cofres públicos. Somente no ano de 2022, 33 bilhões de reais em pagamento de dívidas fiscais foram realizadas judicialmente.

E num cenário no qual em que quase na metade das ações há a dispensa de pagamento de custas, garantindo o acesso de todos à justiça.

Não há como considerar-se séria uma pesquisa que compare países tão dispares em termos culturais, sociais

e econômicos e não leve todos estes fatores enumerados em consideração.

Diante disto é que temos também que investir na comunicação, dialogando com os meios de comunicação e mídias, sempre na busca da informação qualificada e verdadeira.

O Poder Judiciário exerce um papel relevante demais na garantia da democracia para ser tratado com irresponsabilidade ou para que se dê voz aos seus detratores e saudosistas dos períodos mais obscuros da nossa nação.

Não tenham dúvidas, senhoras e senhores, de que a magistratura gaúcha é formada por juízas e juízes vocacionados e comprometidos com o nosso estado e com o nosso país.

No concernente ao segundo tópico proposto, que diz com as condições laborais de juízes e servidores, é necessário que se invista e se avance cada vez mais na humanização das condições de trabalho.

Acima de tudo, o juiz é um pacificador social. E neste papel, não basta apenas proferir despachos ou sentenças, pois precisa ser um conciliador, um restaurador, um agente de transformação social. E para que tudo isto ocorra é necessário estar aparelhado pela estrutura Estatal necessária.

Não há dúvidas de que a virtualização dos processos e a inteligência artificial, hoje em dia, são recursos postos à disposição da magistratura num processo irreversível de avanço tecnológico. Entretanto, em campo tão sensível, como o do Poder Judiciário, onde se trabalha com o patrimônio, com a liberdade e com a vida das pessoas, nunca se poderá deixar de investir no que nos diferencia de tudo que existe neste plano, que é a nossa condição humana.

Acredito que ainda há o que avançar no campo dos processos virtuais e o sistema que o sustenta, o e-proc. É necessária uma prioritária atenção para as dificuldades enfrentadas quase que diariamente pelos magistrados na operação do nosso sistema processual. Especialmente

para os juízes de primeiro grau. Investir nas condições de trabalho é investir na saúde das juízas e juízes gaúchos!

Com relação ao terceiro vetor anunciando, a segurança dos magistrados, deve ser ela também uma das prioridades. Há poucos meses presenciamos um covarde ataque a um Promotor de Justiça. As redes criminosas expandem-se, assim como a disseminação de ódio contra as decisões judiciais que contrariem a um indivíduo ou a um grupo deles.

É necessário que se invista na capacitação de magistrados em condutas de segurança passiva e preventiva; no manuseio e conhecimento das armas de fogo e regras de segurança para os que fizerem esta opção; no acesso à carros blindados; na aprovação no Senado do projeto que já teve votação favorável na Câmara dos Deputados e que reconhece a atividade da magistratura como de risco.

Ou seja, que haja uma efetiva política institucional relacionada a segurança das juízas e juízes gaúchos.

Por fim, aproveito esta incomum oportunidade de falar a uma plateia tão seleta, para expressar o meu extremo

orgulho e senso de responsabilidade decorrente do cargo ao qual fui eleito por expressivo número de votos de meus colegas. Agradeço a confiança depositada nesta gestão que se inicia.

Digiro-me, agora, a minha família e amigos.

Agradeço com muito carinho a presença do meu irmão Leonardo (minha irmã Flávia, que lá do velho continente sei que está presente), à Marcli, presente que o destino divino trouxe para a família, ao meu sogro, Desembargador Luís Menegat. Obrigado a todos os amigos e amigas que se fazem aqui presentes.

Aos meus pais, Carmem Therezinha Vilhalba Flores e José Antônio de Azambuja Flores. Obrigado por me proporcionar a educação que tive e poder realizar o meu sonho de ser magistrado. Ambos são muito importantes na minha vida e são faróis a guiar minha caminhada.

À minha esposa Débora, companheira de quase 30 anos, desde o difícil período dos estudos. Grande responsável por todas as minhas conquistas, e que me presenteou

com os meus maiores tesouros que são meus filhos Enzo e Sofia.

Peço, desde já, a compreensão e desculpas pelas ausências nos próximos dois anos. Saibam que se hoje me sinto seguro em assumir tão relevante função é porque tenho a certeza de que nos momentos mais difíceis e desafiadores encontrarei em vocês o amor e a força necessária para superar todos os obstáculos.

Como mensagem final, gostaria apenas de relembrar o nosso papel de transformadores sociais e de que nossa atuação como magistrados sempre deva ser pautada pelo humanismo.

É o que espera de nós a sociedade, como reflete na pesquisa da IPO antes referida, na qual apontou-se que para mais de 75% dos entrevistados os direitos humanos são garantidos pelo Poder Judiciário.

Mas a pesquisa também demonstra que há espaço para avançar. Até porque, como disse Martin Luther King, no seu famoso discurso em Washington, em 1963:

Há quem pergunte aos defensores dos direitos civis: Quando vocês estarão satisfeitos? Jamais estaremos satisfeitos. Não estaremos satisfeitos enquanto a justiça não correr com as águas, e a retidão, como uma corrente poderosa.

Um magistrado jamais deve estar satisfeito enquanto a justiça não correr como as águas dos rios que irrigam os nossos pampas.

Temos orgulho em pertencer ao Poder judiciário gaúcho e a Ajuris.

Temos orgulho e o privilégio de exercer esta tarefa que, embora traga consigo muitos sacrifícios pessoais e familiares, é tão digna e relevante para a população.

A tarefa de cada juíza e de cada juiz não é pequena e nem leve. Muitas pedras se põem no nosso caminho. Mas, como disse Nelson Mandela, no dia de sua libertação:

Nossa marcha pela liberdade é irreversível. Não devemos permitir que o medo se interponha em nosso caminho.

Nutri o ideal de uma sociedade livre e democrática em que todas as pessoas viviam juntas em harmonia e com iguais oportunidades. É um ideal pelo qual espero viver e ao qual espero alcançar. Mas, se necessário, é um ideal pelo qual estou preparado para morrer.

Tenhamos sempre a mesma resiliência, esperança e atitude de Mandela. A vida de magistrado nos possibilita e exige a perene busca pela justiça social, pela igualdade material e pela manutenção das instituições e liberdades que decorrem do Estado Democrático de direito. Não há como retroceder!

Todo juiz ou juíza deve ter a chama da justiça sempre acesa, mesmo em tempos sóbrios e quando o sopro do vento tormentoso pareça querer apagá-la.

Este é o espírito que nos move e nos encoraja a transformar a voz de cada magistrada e magistrado na nossa missão associativa e de estar à frente, pelos próximo dois anos, desta gigante chamada Ajuris.

Muito obrigado.
